**Sobre a necessidade de formar no Pará uma tecnocracia meritocrática que se dedica a implementação de vias de desenvolvimento local nos Municípios do Estado**

 **Thomas A. Mitschein**

**Sociólogo, Dr. phil. pela Universidade de Münster - Alemanha, desde 1992 pesquisador e docente em entidades técnico-científicas de países amazônicos, atualmente coordena na Universidade Federal do Pará (UFPA) junto com a Profa. Maria Lucia Ohana da Escola de Aplicação o Programa Interdisciplinar *Trópico em Movimento - Rumo à criação de uma moderna Civilização da Biomassa na Amazônia* e é Professor do Núcleo de Meio Ambiente da UFPA**

**I**

Descoberta há aproximadamente 50 anos pela tecnoburocracia do Governo Federal como possível alavanca para a modernização da economia nacional, a Amazônia brasileira se tornou objeto de um modelo de crescimento que os seus idealizadores chamaram de *desequilibrado* e *corrigido* (SUDAM 1976) *Desequilibrado* porque favorecia setores (mineral, madeireiro, agropecuário, pesqueiro empresarial etc.), dos quais se esperava vantagens comparativas no âmbito do mercado mundial. E *corrigido* porque previa intervenções por parte do Estado para mitigar os desequilíbrios que a implementação do mencionado modelo trazia necessariamente em seu bojo. Contudo, o que a ação corretiva da *mão pública* pressupõe, é dispor de poder de fogo em termos financeiros. No entanto, fatores como o pagamento dos encargos da dívida externa, modestas taxas de crescimento econômico e, certamente, o avanço das receitas do fundamentalismo de mercado fizeram com que esse poder de fogo minguasse expressivamente nas últimas duas décadas do século passado, tirando do então todo poderoso colonizador da *fronteira* a possibilidade de colocar em prática a prometida correção. Consequentemente, a *administração* dos crescentes conflitos sociais entre atores tão diferentes como trabalhadores sem terra, garimpeiros, povos indígenas, grandes empresas de mineração, pecuaristas ou madeireiros se deslocava para os protagonistas políticos nas esferas municipais e estaduais dentro da própria região, já que, diante da sensível diminuição da presença do Estado nacional na Amazônia, se iniciava um processo de “*revigoramento do poder local e regional”* (Rocha 2008, p. 44). Entretanto, levando em conta que este processo se concretizava como resultado da crise de um projeto de envergadura nacional, os poderes locais em momento nenhum estavam dispondo dos meios técnicos e financeiros para enfrentar de fato os problemas socioeconômicos e ambientais que estavam enfrentando diariamente. E continuam vivendo nesta mesma situação. Na região inteira! Não obstante o fato de que, na década passada, o governo federal tenha insistido na retomada do papel do Estado como indutor do desenvolvimento nacional, apostando num modelo de *capitalismo organizado* que girava em torno da função estruturante das instituições públicas; mas obviamente não fugia da lógica reprodutiva de um sistema político-econômico global que, ao forçar todos os seus *stakeholders*  a rezar o *pai nosso* da competitividade sistêmica, polariza as condições sociais e econômicas no âmbito das fronteiras nacionais, deixando, assim, a Amazônia como refém do mencionado modelo de crescimento desequilibrado que lhe foi imposta no decorrer dos anos setenta do século passado.(Mitschein,Chaves, Saviniano Miranda, Imbiriba,Paixão 2016)

**II**

Tendo sido um dos palcos principais da chamada valorização estratégica e econômica do *continente amazônico*, o Pará revela atualmente uma caraterística bastante particular: Contribui para o PIB nacional com modestos 2,1%, mas joga na área do comercio exterior como time grande, ocupando entre os estados exportadores do Brasil um lugar de destaque. Alcançou esta condição pelo avanço das atividades de uma indústria mineradora que, ao alocar seus investimentos conforme a ocorrência geográfica das matérias primas que são do seu interesse, está potencializando de forma dramática a polarização social e econômica entre os e dentro dos territórios do Estado, fazendo com que crescentes parcelas do PIB estadual estejam sendo produzidos num número decrescente de suas unidades municipais. (ver Tabela 1).

**Tabela 1 - *Ranking* dos 10 maiores PIBs Municipais a preços de mercado do Estado do Pará - 2010**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| ***Ranking* dos maiores PIB´S** | **Em R$ 1.000** | **Participação em %** |
| Belém | 17.987.323 | 23,11 |
| Parauapebas | 15.918.216 | 20,45 |
| Ananindeua | 3.669.747 | 4,71 |
| Marabá | 3.611.647 | 4,63 |
| Barcarena | 3.550.233 | 4,56 |
| Tucuruí | 2.817.702 | 3,62 |
| Santarém | 2.051.529 | 2,64 |
| Canaã dos Carajás | 1.559.968 | 2 |
| Castanhal | 1.749.213 | 1,86 |
| Paragominas | 1.235.379 | 1,59 |
| 10 municípios | 53.834.377 | 69,15 |
| Demais Municípios | 24.013.219 | 30,85 |
| **TOTAL** | **77.847.597** | **100** |

 Fonte: Mitschein, Chaves, Estumano 2014, p. 28

Trata-se de uma tendência que tem sido perpetuada pelo extraordinário fluxo de investimentos que o Pará internalizou no período de 2012 a 2016. Envolvendo recursos financeiros na ordem de R$130 bilhões, destinados, em grande parte, à indústria mineral, à melhoria da infraestrutura portuária e ao aproveitamento do potencial hidroelétrico paraense, este fluxo, segundo informações da FIEPA (2012), acabou envolvendo 23 Municípios nas regiões Grande Belém, Carajás e Tapajós. Mas, como mostra uma análise mais apurada dos dados disponíveis, **três quartos dos investimentos foram direcionados apenas a 05 unidades** do universo municipal paraense (Barcarena, Canaã dos Carajás, Marabá, Parauapebas, Altamira) que, por sua vez, hospedam somente 7% da população residente e 9% da população urbana do Estado.

Contudo, por mais que estas ilhas de crescimento estejam se destacando por invejáveis rendas per capita (ver Tabela 2), se a sua realidade socioeconômica for avaliada a partir de indicadores como o nível educacional da população jovem e adulta ou pelos índices de vínculo empregatício da população em idade de trabalhar na faixa etária de 17 a 29 anos, pouco se diferencia da baixa média paraense nestes mesmos quesitos. (Mitschein, Chaves, Estumano 2014)

**III**

Diante da profunda crise que está *chacoalhando* as grandes narrativas sobre a civilização ocidental e as receitas de sua universalização, diversas escolas de pensamento têm dedicado uma atenção especial às esferas locais como supostos campos privilegiados para a implementação de políticas sustentáveis. Entre elas se destaca o paradigma do ecodesenvolvimento (Sachs 1986, 2006) que, ao definir o uso não predatório dos recursos naturais de cada ecorregião como desafio global, entende a revisão dos vigentes estilos de vida no hemisfério Norte e a superação definitiva dos sonhos do desenvolvimento mimético no hemisfério Sul como duas faces da mesma medalha.

Para as regiões tropicais sugere a criação de uma civilização original da biomassa que insiste no uso múltiplo da biomassa terrestre e aquática para a produção de alimentos humanos, rações para animais, adubos verdes, bioenergias, materiais de construção e insumos para os mais diversos setores industrias e,

--- ao abordar os ecossistemas ainda intactos como um renovável tesouro de insumos naturais para as mais diversas necessidades da reprodução humana, justifica de maneira didaticamente clara a relevância de sua proteção.

Nestes termos, o referencial do ecodesenvolvimento vem ao encontro com a proposta do Roberto Mangabeira Unger (Belém 2008), segundo a qual o *gigante pela própria natureza* deve fazer do "**soerguimento da Amazônia prioridade brasileira na primeira parte do século 21**" (ibid. p.1, destaque T.M.), deslanchando um programa que precisa

--- preparar condições para transformar as áreas já desmatadas - uma gigantesca massa territorial de quase 800.000 km2 - num espaço de inovação técnico-econômica, proporcionando as bases para o estabelecimento de “vínculos diretos entre as vanguardas e retaguardas da produção” (ibid p. 4) e

--- mostrar aos *stakeholders* de um mundo globalizado cada vez mais sujeito à destruição das bases naturais da própria sobrevivência humana que a atuação brasileira na Amazônia privilegiará a preservação dos extraordinários serviços ambientais que as suas florestas estão gerando em benefício da humanidade toda. (Mitschein, Lima 2015)

 Contudo, por mais que estejamos reconhecendo **que,** atualmente, o *mainstream* da política nacional está separado por distâncias oceânicas de uma proposta desta natureza, isto não quer dizer que os atores amazônicos estejam condenados a aceitar a sua condição de refém do vigente cenário da destruição socioambiental. Pelo contrário! Partimos do principio de que os Municípios da região, entidades autônomas na organização político-administrativa do Brasil que dispõem de poderes executivos e legislativos, representam um campo privilegiado na disputa pela viabilização de políticas de aumento da segurança socioambiental da população local. Políticas, alias, que devem priorizar

**---** planos de saneamento que focalizam formas adequadas e inovadores de manejo dos recursos hídricos disponíveis, dando uma atenção especial à oferta segura de água potável não contaminada para os setores populares,

--- projetos que visam a implementação da vigente política nacional dos resíduos sólidos, procurando integrar os catadores na cadeia produtiva da reciclagem,

--- estratégias de cuidados básicos de saúde,

--- a transformação das escolas de ensino fundamental e médio em agencias de desenvolvimento que focalizam as especificidades dos ecossistemas tropicais e formas sustentáveis do seu uso,

--- a oferta de uma merenda escolar nutritiva que aproveita de forma crescente a produção de alimentos por parte da agricultura familiar e

--- a implementação de arranjos produtivos que visam a multiplicação de *linkages* entre as áreas rurais e urbanas a partir do uso múltiplo da biomassa terrestre e aquática dos múltiplos espaços locais.

 Certamente, pode-se alegar que os gestores municipais, em sua esmagadora maioria, vivem com uma mão para frente e uma outra para trás e, consequentemente, não têm como fazer mais do que o tradicional arroz e feijão durante o seu mandato. É, sem dúvida, uma objeção séria que, com toda a razão, faz referencia à absurda pobreza franciscana, à qual a maioria dos Municípios está sujeita num estado virtualmente tão rico como o Pará. Entretanto, estamos convencidos que aqueles gestores que não querem entrar na história dos seus Municípios como mais uma safra de “GESTORES DE ESTADOS LOCAIS DE MAL ESTAR” (Mitschein, Chaves, Saviniano Miranda, Estumano 2017), dispõem de pelo menos duas opções para fazer a diferença:

Primeiro, podem adotar uma postura de austeridade positiva no sentido de fazer mais com os mesmos recursos pela sua aplicação bem planejada em torno das necessidades básicas da população menos favorecida.

Segundo, devem incentivar a elaboração de projetos no âmbito das seis linhas mencionadas para as mais diversas entidades (inter)nacionais de fomento.

 Contudo, a viabilização de ambas as opções depende da disponibilidade de conhecimentos administrativos e técnicos que uma parcela expressiva dos administradores municipais não consegue mobilizar. E isto vale especialmente para Municípios paraenses de menor porte, cuja população não ultrapassa o número de 50.000 habitantes que, por sua representam em torno de dois terços do universo municipal paraense.

 **O que fazer diante deste dilema?**

Na nossa avaliação, há uma solução potencialmente promissora: A criação de Escolas técnicas de desenvolvimento local nas seis mesorregiões do Pará que, em seus programas de capacitação, precisam se relacionar com as potencialidades endógenas de desenvolvimento de cada unidade territorial. É um desafio enorme, sem dúvida! Mas não é *um bicho de sete cabeças*, uma vez que o Estado dispõe com a UFPA, a UFRA, o IFPA e a UEPA de entidades universitárias que estão presentes nos mais diversos Municípios do Estado e têm condições para propor alternativas à um cenário altamente nocivo, dentro do qual o Pará corre o risco de se tornar definitivamente uma simples província minero-energética para o resto do mundo.

Certamente, é uma luz de esperança. Mas para que esta luz possa brilhar no futuro, é indispensável que aqueles protagonistas sociais e políticos do Estado que estão à procura de alternativas ao vigente *status quo*, se organizem em torno de sua viabilização.

**Referencias**

FIEPA, REDES: **Pará Investimentos 2012 -2016**, Belém, Pará, Brasil 2012

MANGABEIRA, U. R.: **Projeto Amazônia. Esboço de uma Proposta**, Belém 2008, (mimeo)

MITSCHEIN, T. A.; CHAVES, J. F.; DO VALE, L.: **Polarização Socioespacial e Desenvolvimento Local no Sudeste Paraense - O exemplo de Tucumã**, Núcleo de Meio Ambiente –UFPA, Belém 2011.

MITSCHEIN, T. A.; ROCHA, G.; DIAS, C.: **Territórios Indígenas e Serviços Ambientais na Amazônia: O Futuro Ameaçada do Povo Tembé no Alto Rio Guamá (PA)**, Núcleo de Meio Ambiente-UFPA, Belém 2012.

MITSCHEIN, T. A.; CHAVES, J. F.: Desenvolvimento local e o *Direito à Cidade* na Floresta Amazônica, in: MITSCHEIN, T. A.; ROCHA, G.; VASCONCELLOS, S. M.: **Desenvolvimento local e o Direito à Cidade na Floresta Amazônica**, Núcleo de Meio Ambiente-UFPA Belém 2013.

MITSCHEIN, T. A.; CHAVES, J. F.: Desenvolvimento Local: Um referencial viável para o Estado do Pará?, in: MITSCHEIN, T. A.; ROCHA, G.; VASCONCELLOS, S. M.: **Desenvolvimento local e o Direito à Cidade na Floresta Amazônica**, Núcleo de Meio Ambiente-UFPA, Belém 2013.

MITSCHEIN, T. A.; CHAVES, J. F.; ESTUMANO, E.: **O Estado do Pará no Século XXI e o desafio da educação profissionalizante**, Instituto de Educação Matemática e Cientifica-UFPA, Belém 2014.

MITSCHEIN, T.; LIMA, A.: **A Reinvenção da Amazônia – Divisor de Águas para o futuro do Brasil e de seus Vizinhos Sulamericanos**, Instituto de Educação Matemática e Científica-UFPA, Belém 2015.

MITSCHEIN, T. A.; CHAVES, F. J.; SAVINIANO MIRANDA, P.; IMBIRIBA, B.; PAIXÃO, F.: **Riquezas Minerais e Polarização Socioeconômica no Sudeste Paraense – O CASO DE ÁGUA AZUL DO NORTE**, Instituto de Educação Matemática e Científica-UFPA, Belém 2016

MITSCHEIN, T. A.; et al: Os Governos Municipais na Amazônia – GESTORES DE ESTADOS LOCAIS DE MAL ESTAR OU POSSIVEIS INDUTORES DE POLÌTICAS PÙBLICAS QUE APOSTAM NO APROVEITAMENTO MÚLTIPLO DA BIOMASSA DAS ECOREGIÕES TROPICAIS? In: MITSCHEIN, T. A (Org.).: **Reflexões Amazônicas – Encarando o mundo globalizado a partir da maior floresta tropical do planeta**, Instituto de Educação Matemática e Científica-UFPA, Publicações Trópico em Movimento, Belém 2017.

ROCHA, G.: Estado do Pará: divisão ou construção de um projeto de desenvolvimento territorial, in: TESSERENC, P.; et al: **Coletividades locais e desenvolvimento territorial na Amazônia**, Núcleo de Meio Ambiente-UFPA, Belém 2008.

SACHS, I.: **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**, São Paulo 1986.

Sachs, I.: **Rumo à Ecosocioeconomia. Teoria e prática do desenvolvimento**, São Paulo 2006.

SUDAM: **II Plano Nacional de Desenvolvimento**. Programa de Ação do Governo para a Amazônia, Ministério do Interior, Belém 1976.